



<http://pev-proex.uergs.edu.br/index.php/xsiepex/index>

ISSN do Livro de Resumos: 2448-0010

GESTÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM TEMPOS DE PANDEMIA PELA COVID-19: um estudo de revisão teórica

Andréa Souza Teixeira GONÇALVES, Prof^ª. *Dr.^a Helena Venites SARDAGNA*

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)

E-mails: andrea-goncalves@uergs.edu.br, helena-sardagna@uergs.edu.br

Resumo

Este estudo propõe apresentar um recorte de revisão teórica sobre as estratégias de gestão da educação inclusiva após a promulgação da Lei n.º 13.146/2015, dando ênfase ao período da pandemia pela COVID-19. Para tanto, foram definidos os seguintes descritores para realização das buscas em repositórios virtuais: gestão educacional, práticas inclusivas, governamentalidade, biopolítica e pandemia Coronavírus COVID-19. O levantamento foi realizado na busca de dados SciELO (Scientific Eletronic Library On-line e no repositório LUME (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), entre os anos de 2015 e 2020. Nesse contexto, foram selecionadas oito pesquisas, sendo que duas abordam o contexto da pandemia, enfatizando os desafios da flexibilização no currículo e o déficit na aprendizagem. Os demais estudos problematizam a inclusão no conjunto de práticas reguladoras e normalizadoras, com destaques para os saberes clínicos.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre a gestão da educação inclusiva após a promulgação da Lei n.º 13.146/2015 e enfatiza o período da pandemia ocasionada pela COVID-19. Através do exame da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), denota-se o fortalecimento das práticas inclusivas e a delimitação da escola comum como espaço legítimo para os alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Outro marco importante foi a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, n.º 13.146/2015, que reforçou garantias ao público com deficiência, sobretudo na educação. Sob essa perspectiva, importa frisar que o movimento pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica para que todos, independentemente do seu desempenho, possam compartilhar experiências de aprendizagens em um ambiente comum na escola.

Contudo, o sentido de incluir não significa o simples fato de os alunos estarem imersos dentro do mesmo ambiente escolar. Lopes e Fabris (2013) defendem que não se trata de dois polos dicotômicos - inclusão ou exclusão -, de modo que esse viés de dentro ou fora deve restar superado. Além disso, as referidas autoras prelecionam que [...] para que a inclusão seja assumida como uma verdade para todos, inclusive ultrapassando tipos específicos e já pensados a ser incluídos, é preciso transformá-la em um problema ético, filosófico, político e educacional (LOPES & FABRIS, 2013, p. 11). Assim, a inclusão escolar está diretamente relacionada às práticas de gestão educacional, uma vez que um dos papéis dos gestores é promover a articulação entre diversas dimensões do campo da gestão, dentre as quais estão a financeira, pedagógica, conceitual e humana/social, sobretudo em tempos pandêmicos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo consiste em uma revisão teórica de abordagem qualitativa e descritiva, a partir das



pesquisas relativas ao tema em apreço. Conforme Luna (2000, p. 83), a revisão teórica circunscreve um objeto a ser pesquisado, “dentro de um referencial teórico que pretende explicitá-lo”. No presente estudo, o objeto é a gestão da inclusão em tempos de pandemia. A partir de busca realizada no repositório digital SciELO (Scientific Electronic Library On-line), foram localizados três estudos referentes à pandemia ocasionada pela Covid-19. Em seguida, efetuou-se pesquisa no repositório LUME (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), entre os anos de 2015 e 2020, não considerando apenas o contexto da pandemia, mas a gestão da inclusão, empregando análises sob noções foucaultianas, que nos levam a pensar e repensar novas práticas inclusivas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dentre os oito estudos elencados, apresenta-se a descrições das pesquisas, finalizando com um reflexão. No estudo de Zan (2015), intitulado “Inclusão escolar: a experiência de alunos com deficiência em classes regulares de ensino”, resta evidente a importância da valorização das diferenças no processo inclusivo, apontando. Desse modo, entende-se que a política de inclusão na rede comum de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa o direito assegurado por lei de participação em ambientes compartilhados de aprendizagens e a valorização da diferença, levando em consideração que a sala de aula é heterogênea, em que cada aluno possui suas especificidades.

Aquino (2017), em seu dossiê “Educação e biopolítica: um panorama da produção acadêmica brasileira no campo educacional”, ressalta que o encontro da biopolítica com a educação parece atingir seu apogeu quando atrelado ao imperativo contemporâneo da inclusão escolar. Além disso, o autor preleciona que grande parte dos textos analisados tomou tal viés argumentativo, alertando para os efeitos contraditórios do primado da inclusão quando apropriado concretamente nas e pelas práticas escolares, tendo em vista a normalização por essas operada. Aponta três reflexões: a primeira evidencia a materialização da biopolítica através das instituições escolares; a segunda aborda o neoliberalismo por meio das práticas educacionais, considerando que um ambiente favorável a intervenções encontrará, nas práticas educacionais, um cenário aberto às mais variadas intervenções de governo e auto governo; e a terceira, com base nos estudos foucaultianos, refere-se à escola como um espelho da sociedade, que age como um grande braço normalizador e controlador através da governamentalidade (AQUINO, 2017).

Na pesquisa “Saberes formados pelos professores do AEE e da sala comum”, de Belusso (2017), foram evidenciados os processos de normalização em que todos devem estar dentro da norma, inventada para a existência do anormal. Analisa que as salas de recursos multifuncionais, locais onde é promovido o AEE, constituem-se em espaços disciplinares, com técnicas específicas que possibilitam o indivíduo a adquirir aptidões, capacidades e habilidades, de maneira que ele avance na construção de conhecimentos desejáveis e úteis para o sistema de poder pertencente a sociedade.

Belusso (2017), inspirado em Foucault, aponta a escola como um mecanismo disciplinar e regular com adaptações curriculares para os sujeitos serem pertencentes à sociedade. Em sua pesquisa, constatou saberes curriculares de um Currículo Adaptado, saber médico e saber psicológico. Dessa forma, a instituição escolar, mesmo diante das reformas propostas e ocorridas pelas políticas inclusivas, permanece funcionando como uma máquina que visa à produção do indivíduo aparada nos saberes científicos, possibilitando, assim, um conhecimento que permitirá a criação de determinadas práticas e estratégias que viabilizem sua normalização.

Sardagna e Frozza (2019), no trabalho intitulado “Narrativas e Práticas de Governamentalidade: a perspectiva do docente sobre o aluno com deficiência”, analisaram como são os processos de gestão da inclusão no que diz respeito ao encaminhamento dos alunos com deficiência ao atendimento educacional especializado (AEE). A partir de instrumentos avaliativos (pareceres descritivos) dos



alunos com deficiência matriculados em uma instituição de ensino que oferta a educação básica e com entrevistas junto a docentes, numa análise sob noções foucaultianas, evidencia-se que há o fortalecimento do imperativo da inclusão e que a escola reforça práticas que dirigem as condutas dos alunos operacionalizadas pela instituição escolar, "disseminando condutas almejadas por seus docentes" (SARDAGNA; FROZZA, 2019, p. 1). Assim, depreende-se que o imperativo da inclusão e as mudanças pelas quais passou a concepção da pessoa com deficiência não são situações que seguem um curso "natural" das coisas, mas algo pensado e estabelecido por meio de táticas de governmento e de condução de condutas.

Kraemer (2019), no estudo "A Modulação das Condutas das Pessoas com Deficiência no Contexto Educacional Brasileiro de Inclusão" defende que, na grade de inteligibilidade da governamentalidade neoliberal, as políticas sociais e educacionais operacionalizadas pelo Estado brasileiro nas últimas décadas não visam à igualdade como objetivo a atingir, mas ao estabelecimento de condições equânimes para a participação de todos. Assim, nos investimentos operados pelas políticas para a promoção de condições de acesso e de participação das pessoas com deficiência, Kraemer (2019) observa que suas condutas vêm sendo moduladas a partir de questões específicas que compreendem a constituição de cada sujeito e da lógica organizadora das formas de vida e de participação da sociedade contemporânea.

Barbosa (2019), em sua dissertação de mestrado intitulada "Estratégias Engendradas nas Práticas Pedagógicas do Atendimento Educacional Especializado para o Corpo da Deficiência", resta evidente que, no processo de compreender como a governamentalidade e a biopolítica se engendram nos espaços públicos de captura dos sujeitos, importa a essa pesquisa observar também como as disputas de saberes e as relações de poder são travadas, assim como o que se entende por poder e saber, pois essa compreensão é pertinente para evidenciar as noções de efeito, de condução de condutas, a produção de verdades e suas condições de possibilidades.

Sobre ao momento pandêmico, Dias (2021) evidencia em seu estudo intitulado "A Educação, a pandemia e a sociedade do cansaço" cabe ressaltar em seus estudos que a educação como um todo foi afetada, independentemente da rede de ensino, gerando uma preocupação com o déficit de aprendizagem. Nos seus achados, através dos relatos obtidos, verificou-se dois momentos marcantes na pandemia: o primeiro desacelerou a sociedade, parou o mundo, criando uma nova realidade e causando grandes impactos e restrições; o segundo exigiu e exige reação da população, dos sistemas de saúde, dos cientistas, dos governantes, que nem sempre corresponderam com eficiência ou idoneidade, negando a ciência, contribuindo para o aumento do número de mortos, das organizações de saúde e humanitárias e das instituições ligadas à Educação.

Nicolini e Medeiros(2021), no seu trabalho "O contexto educacional durante a pandemia: mudanças e permanências", o distanciamento social acarretado pela pandemia se transformou em um grande desafio em função das transformações e adaptações exigidas em tão curto espaço de tempo, pois nos deparamos com uma nova realidade, com novas necessidades populacionais nas mais inusitadas instâncias. Nesse sentido, a educação inclusiva é um sinalizador potente de problematização em relação às efetivações de suas práticas no que assegura a legislação.

Frente aos estudos, a emergência da educação inclusiva na contemporaneidade pode ser entendida como um processo de normalização que tem como base o princípio de integrar para incluir, articulada à estratégia do Estado, Lopes e Fabris (2017). Essas estratégias são compreendidas como derivações de invenções do século XVII, analisadas por Foucault (2008), que instituem o que é "normal" e o que é "anormal", na constituição da norma. Desse modo, os discursos que definem tempos e espaços para os sujeitos "anormais" (os que estão fora da norma) acabam por interferir na efetivação da inclusão como um direito.

Assim, os estudos e pesquisas acima elencados oportunizam um espaço de troca de saberes e análises,



promovendo, assim, discussões sobre as estratégias que se desenvolvem nos espaços educacionais, em um contexto pandêmico ou de dita “normalidade”.

CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Conforme mencionado, por meio deste estudo de revisão sobre a gestão das práticas inclusivas, dando ênfase ao período pandêmico, foi possível evidenciar que a gestão da inclusão é uma preocupação que perpassa por aspectos pedagógicos, formativos e estruturais. Assim, a inclusão deixa de ser uma preocupação a ser dividida apenas entre governantes, especialistas e um grupo delimitado de cidadãos com alguma diferença, passando a ser uma questão social.

Tendo em vista que a sociedade foi afetada de forma mundial com a pandemia pela COVID-19, impossível não pensar na educação, um dos âmbitos mais atingidos e fragilizados com tal situação, sendo a gestão da inclusão um forte elemento a ser considerado. Nesse contexto, pode-se inferir que ocorreram muitos avanços em relação à inclusão, porém, tem-se muito, ainda, a ser estudado promovendo discussões acadêmicas para constituir o campo de estudo da gestão da educação inclusiva.

REFERENCIAS

- AQUINO, J. G.; JARDIM, **Educação e biopolítica: um panorama da produção acadêmica brasileira no campo educacional 2001-2016**. Educar em Revista. FEUSP, São Paulo, nº 66, oct.dec. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602017000400095&lang=pt>. Acessado em: 01 mar. 2021.
- BARBOSA Liziane S. **Estratégias Engendradas Nas Práticas Pedagógicas do Atendimento Educacional Especializado para o Corpo da Deficiência**. (Dissertação de Mestrado Profissional em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. UERGS, Osório, 2019.
- BELUSSO. Roniele. **Paisagens do Atendimento Educacional Especializado**. Dissertação (Mestrado) Universidade de Caxias do Sul, UCS: Caxias, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acessado em: 21 jun. 2021.
- _____. **Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acessado em: 01 out. 2019.
- DIAS. E. A. **Educação, a pandemia e a sociedade do cansaço**. Revista ensaio, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/xtsmMwsHtnb366YzCh9zQrC/?lang=pt>. Acessado em: 01 set. 2021.
- KRAEMER. Graciele M.; THOMA. Adriana S. **A Modulação das Condutas das Pessoas com Deficiência no Contexto Educacional Brasileiro de Inclusão**. Artigo da pesquisa de Doutorado, FURG, Porto Alegre, 2019.
- LOPES, Maura; FABRIS, Eli H. **Inclusão & Educação**. 1 ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. (Coleção Temas & Educação)
- LUNA, Sérgio V. de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: Educ, 2000.
- NICOLINI, C.; MEDEIROS, K. E. G. **Percepções e narrativas de estudantes da educação básica de Goiás sobre o ensino remoto emergencial**. In: ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA -PERSPECTIVAS WEB 2020, 11., 2020, Ponta Grossa. Anais [...]. Ponta Grossa: ABEH, 2020. p. 1-13.
- SARDAGNNA, H.V. ; FROZA, T.F. **Narrativas e Práticas de Governamentalidade: a perspectiva do docente sobre o aluno com deficiência**. SciELO - Scientific Electronic Library On-line. 2019 Disponível < <https://www.scielo.br/j/edur/a/8HhJmKLYXWDC7pfXHgwh7N/?lang=pt> > Acesso em: 02 mai. 2021.
- ZAN, G. M. A. **Inclusão escolar: A experiência de alunos com deficiência em classes regulares de ensino**. Repositório digital Lume-UFRGS, 2015. Disponível < <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/151702> > Acessado em: 28 mar. 2021.